

Instruir, doutrinar e civilizar a infância: propostas para o ensino religioso protestante nas Escolas Primárias (1949)

Instructing, doctrinating and civilizing the childhood: proposals for Protestant religious teaching in Primary Schools (1949)

Priscila de Araujo Garcez*



<https://doi.org/10.29327/256659.13.1-13>

Resumo: interpretar as intencionalidades doutrinárias, políticas e pedagógicas do impresso *Compêndios de Ensino Religioso – Jesus o Melhor Amigo – Programa para as Séries Primárias* é o objetivo deste texto. Editado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1949, foi utilizado como material didático para o ensino religioso no Instituto de Educação, o qual se constituiu em mais uma ferramenta para o projeto de nacionalização do governo da época, em parceria com os ensinamentos doutrinários concernentes ao ensino religioso protestante. Por que os protestantes produziram um material para o ensino religioso nas escolas públicas se defendiam um Estado laico? Para analisar os conteúdos materiais e de ideias do impresso, realizamos pesquisa documental, sublinhando o papel deste material no projeto de civilização das crianças brasileiras e na história do ensino religioso nas escolas primárias daquela época.

Palavras-chave: Ensino Religioso; Educação Metodista; Pedagogia Protestante.

Abstract: interpreting the doctrinal, political and pedagogical intentions of the *Compêndios de Ensino Religioso – Jesus o Melhor Amigo – Programa para as Séries Primárias* printed material is the aim of this text. Published in Rio de Janeiro, then Brazil's Federal District, in 1949, it was used as education material for religious teaching at the Instituto de Educação, which became another tool for the government's nationalization project at that time, in partnership with the teaching doctrines concerning Protestant religious teaching. Why did protestants produce material for religious teaching in public schools if they defended a secular state? In order to analyse the material contents and ideas of the printed material, we have carried out documentary research, highlighting the role of this material in the project of Brazilian children's civilization and the history of religious teaching in primary schools at that time.

Keywords: Religious Teaching; Methodist Education; Protestant Pedagogy.

*Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Pedagoga do Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação da UERJ. E-mail: priscila27.rj@gmail.com

Introdução

O livro *Compêndios para o Ensino Religioso – Jesus o Melhor Amigo – Programa para as Séries Primárias*, escrito por duas professoras metodistas, destaca-se por ter sido pensado para a instrução, doutrinação e civilização das crianças, no final da década de 1940. Neste artigo, focalizaremos as lições elaboradas pela educadora Judith Tranjan (1918-2018), membro durante parte considerável de sua vida da Igreja Metodista de Vila Isabel, localizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. O material utilizado como fonte para esta pesquisa foi gentilmente cedido por Judith, em uma das vezes em que estive em seu apartamento, localizado no bairro de Copacabana, para a minha pesquisa de Mestrado. Em nossos encontros, conversamos sobre a trajetória que trilhou na educação metodista, além de sua atuação como professora do Instituto de Educação. Sua lucidez e vigor físico despertaram a minha atenção, pois narrou muitas histórias com riqueza de detalhes surpreendente.

Guardadas as devidas proporções, a construção da narrativa histórica que aqui se apresenta, foi elaborada em uma relação de coautoria, uma vez que o entrevistador constrói junto com o interlocutor, outras histórias e memórias sobre o passado “num momento sincrônico” (ALBERTI, 2013). Assim, as práticas pedagógicas desenvolvidas para o ensino religioso protestante, identificadas neste material, estão atravessadas por uma educadora que vivenciou todos os embates políticos, históricos, pedagógicos e religiosos inseridos no contexto do final da década de 1940, sintonizada aos princípios educativos praticados pela instituição onde se formou/lecionou e pelo grupo religioso metodista ao qual esteve vinculada.

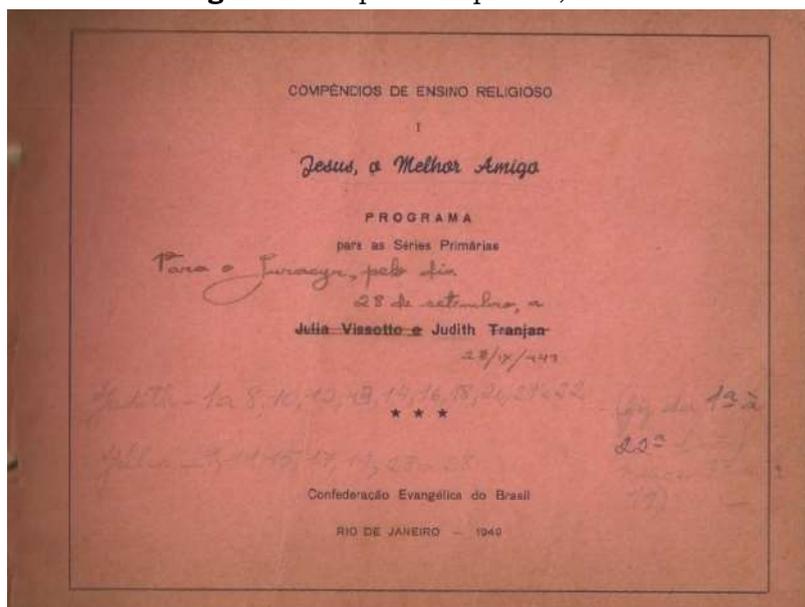
Um material didático voltado à doutrinação e civilização das crianças

O impresso protestante¹ *Compêndios de Ensino Religioso – Jesus o Melhor Amigo – Programa para as Séries Primárias*, editado em 1949, em volume único pela Confederação Evangélica do Brasil (CEB)², foi elaborado especialmente para as Escolas Primárias brasileiras, com vistas a ensinar as doutrinas protestantes por meio de vinte e oito lições bíblicas e pequenos exercícios, em linguagem simples, mas enfática. O livro, adotado pelo Instituto de Educação no ano supra-mencionado, foi escrito por duas professoras metodistas: Julia Vissotto³ e Judith Tranjan⁴, esta última, responsável por vinte lições. Para assistir às aulas de ensino religioso, os alunos eram divididos em dois grupos, de acordo com suas

crenças: católicos e protestantes. Os primeiros estudavam com um padre e constituíam-se em número mais expressivo. O grupo dos protestantes era composto por uma única aluna de quem Judith acabou tornando-se professora exclusiva naquele ano. Conforme Judith, o ensino religioso *não deu certo* (segundo a mesma, durou somente um ano no Instituto) pelo fato de não ter contemplado os alunos que seguiam outro credo igualmente importante: os judeus.⁵ Cumpre ressaltar, que no horário da aula de ensino religioso, Judith e essa única aluna se retiravam para uma sala menor, enquanto que o grupo dos católicos permanecia no recinto para aguardar a chegada de um padre (GARCEZ, 2017). A respeito dessa dinâmica, Judith não discorreu sobre como se dava a participação dos alunos judeus nessas aulas específicas.

Conforme Censo do IBGE de 1940, em um universo de 41.236.315 de brasileiros, 39.177.880 professavam a fé católica, equivalendo a 95,2% da população. Os protestantes representavam uma porcentagem sobremaneira menor: 2,6%, perfazendo um total de 1.074.857 fiéis (CAMPOS, 2008). Mesmo com a implantação das primeiras igrejas protestantes no Brasil, entre meados do século XIX e metade do XX (ALMEIDA, 2014), o cenário do final da década de 1940 apontava para a prevalência de católicos na sociedade e, como podemos conjecturar, nas escolas.

Dialogando com Bastos (2015), jornais, boletins, revistas, magazines feitas por professores para professores, para alunos e seus pares, pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, associações, partidos políticos e Igrejas oferecem *matéria-prima* valiosa para a História da Educação por desvelarem concepções de ensino, além de práticas educativas e escolares. O impresso *Jesus, o melhor amigo*, recomendado como material didático para as Escolas Primárias brasileiras constitui-se em fonte riquíssima para compreender a espiritualidade em relação com as práticas educativas naquele período, por apresentar duas peculiaridades: foi escrito por duas mulheres, sob a égide das doutrinas protestantes, num país majoritariamente católico, além de ter sido adotado por uma instituição pública de ensino considerada celeiro do escolanovismo.

Figura 1 - Capa do impresso, 1949

Fonte: *Compêndios de Ensino Religioso*. Arquivo pessoal da autora.

A vinculação dos impressos à divulgação de valores e ideias nem sempre esteve relacionada a critérios de mercado, mas à defesa de interesses específicos (Cohen, 2012). O impresso para o ensino religioso em estudo parece inserir-se nesse propósito não comercial, sendo direcionado somente aos estabelecimentos de ensino para a instrução doutrinária de uma religião cujo número de fiéis não era preponderante, logo, é possível considerar que a abrangência de sua circulação tenha sido restrita. Com encadernação do tipo brochura, suas páginas apresentam diagramação pouco variada para os padrões da época,⁶ por meio de tipografia simples e letras grandes, talvez com o objetivo de facilitar a leitura dos alunos que ainda estivessem na fase inicial da alfabetização.

Na conformação da edição, também chamam atenção a pequena quantidade e a artesanias das ilustrações. Na capa, não há qualquer figura que faça menção à proposta implícita no título do livro: doutrinar as crianças protestantes. Foram localizadas nove ilustrações em preto e branco, feitas à mão pela própria Judith Tranjan que integram os exercícios aplicados ao final de cada ensinamento, os quais sempre solicitavam que a criança pintasse uma gravura ou completasse um desenho de acordo com a proposta da atividade.

A primeira lição, intitulada *A visita de um anjo* conta a história da visita que Maria recebeu do anjo Gabriel para anunciar que ela seria a mãe do *Salva-*

dor dos homens. Em seguida, para colorir, as ilustrações de um anjo e de Maria são utilizadas para a fixação do conteúdo trabalhado:

Figura 2 – Exercício integrante da Lição Um, 1949



Fonte: *Compêndios de Ensino Religioso*. Arquivo pessoal da autora.

A figura reproduz a cena da passagem bíblica conhecida pelos cristãos como *Anunciação do Senhor*. A posição das mãos de Maria indica uma receptividade para com os desígnios divinos, sugerindo que, da mesma forma, a criança que serve a Deus recebe prontamente o seu *chamado*. Conforme Vergueiro e Santos (2007), nenhuma produção é neutra. Materiais dirigidos ao público infantil são produzidos a partir de uma imagem específica de criança que se deseja moldar. Assim, o impresso em questão é um suporte capaz de revelar, a partir de suas ilustrações e textos, as múltiplas faces de uma proposta de educação protestante para a civilização das crianças. Compreendemos o conceito de civilizar conforme o pensamento de Elias (2011, p. 23), que diz respeito a “tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas mais primitivas”.

A próxima lição apresenta comportamentos inspirados nas ações de Jesus enquanto menino e esperados das crianças: ajudar os pais em casa, ser estudioso e bondoso com os amigos.

5ª Lição – Depois...

Depois, nosso amiguinho Jesus cresceu.

Cresceu e era muito bonzinho, quer ver só?

Ele trabalhava muito! Ajudava José, que era carpinteiro.

Jesus gostava de ir ajudá-lo na oficina.
 Sua mãe, Maria, cuidava da casa. A ela também Jesus ajudava.
 Quando ele chegou à idade de estudar, foi para a escola. Aprendeu muito. Aprendeu a ler e a escrever, como os meninos de hoje.
 Jesus era um menino muito estudioso!
 Mesmo assim, trabalhando e estudando, Jesus tinha tempo para brincar com seus amiguinhos.
 Mas... Ele sabia brincar! Ele nunca brigou com os seus companheiros!
 Você também não briga, não é?
 -Bravos, muito bem!
 Decore: “E crescia Jesus em sabedoria, em estatura e em graça diante de Deus e dos homens.” Lucas 2:52 (COMPÊNDIOS DE ENSINO RELIGIOSO, 1949, p. 9)

Na última história, há uma contraposição entre o texto e a imagem que o sucede. Jesus era o personagem que ajudava seus pais nos afazeres domésticos, mas a ilustração que aparece em seguida para a atividade é a de uma menina auxiliando sua mãe nas tarefas do lar. Nesse caso, evidencia-se uma concepção na qual os papéis reservados aos cuidados com a casa estão diretamente direcionados às mulheres para a promoção de valores familiares e religiosos, ou seja, desde a mais tenra idade, as meninas deveriam aprender que a elas estava reservada futuramente parte considerável da missão educacional civilizadora dos seus filhos.

Figura 3 - Exercício proposto após a Lição Cinco, 1949



Fonte: *Compêndios de Ensino Religioso*. Arquivo pessoal da autora.

A esse respeito, Faithful et al (2012, p. 32; 33) discorrem sobre algumas premissas das mulheres anglicanas do início do século XX sobre da educação das crianças:

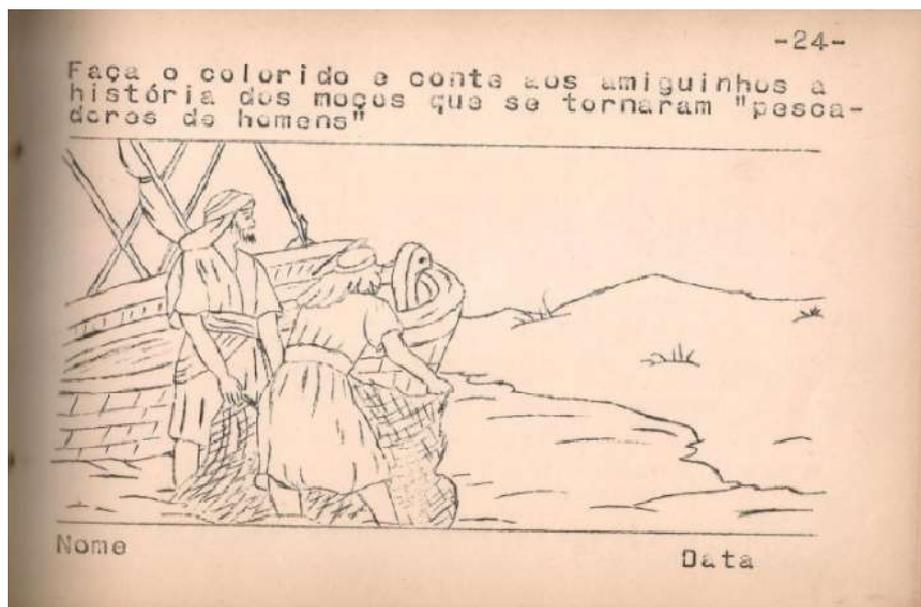
[...] a mãe é a influência mais antiga e mais significativa sobre a criança, que precisa ser educada para ser “obediente, verdadeira e pura”. Deus dá a cada criancinha uma consciência – um instinto religioso e o desejo de amá-lo e servi-lo. Nosso dever é cultivar esse instinto divino e educar nossos filhos para a batalha da vida [...] Além da proteção contra as influências perigosas, a educação da criança deve ser adquirida pelo exemplo e disciplina consistente (FAITHFUL et. al., 2012, p. 32-33).

O papel consciente da mulher protestante estava relacionado à vocação nata para as responsabilidades com os serviços domésticos e, o exemplo, associado à discrição, castidade e obediência ao marido (FAITHFUL et. al., 2012). A educação moral feminina incluía a influência doutrinária e civilizadora sobre as crianças e justificava-se através da Bíblia, livro considerado autoridade máxima de fé e conduta para os protestantes por materializar a palavra de Deus: “Instrui o menino no caminho em que deve andar, e até quando envelhecer não se desviará dele” (PROVÉRBIOS 22: 6).

Por sua vez, a história contada na décima segunda lição versa sobre o momento que Jesus escolheu os primeiros discípulos para o ajudarem em sua missão de evangelização. Os três inicialmente selecionados trabalhavam com a pesca e chamavam-se Simão Pedro, Tiago e João. No decorrer da lição, Jesus disse a Pedro que ele seria dali em diante *pescador de homens*, em uma metáfora ao ato de evangelizar (jogar a isca) e conquistar almas (puxar a rede repleta de peixes).

Diante do exposto, é possível observar que essa era outra atitude esperada das crianças: a pregação do evangelho entre os colegas da escola e da vizinhança para se tornarem também *pescadoras de homens*. Não bastava somente conhecer e entender as escrituras, era necessário vivê-las em seu caráter prescritivo, aplicá-las na prática para ser um exemplo de boa conduta cristã em quaisquer ambientes da sociedade.

O tom persuasivo do enunciado do exercício *conte aos seus amiguinhos* pressupõe uma tentativa de convencimento, de influência sobre o comportamento, configurando uma estratégia formativa que define a criança com agente de transmissão das *Boas Novas de Salvação* e situa esse sujeito infantil numa referência à maturidade do adulto, diante da complexidade que envolve o ato de converter alguém a algum credo religioso.

Figura 4 - Exercício proposto para a Lição “Bons ajudantes de Jesus”, 1949

Fonte: *Compêndios de Ensino Religioso*. Arquivo pessoal da autora.

A amostra de textos e imagens presentes no impresso analisado aponta alguns indícios das intencionalidades vigentes nos discursos presentes no final da década de 1940, no que diz respeito à proposta metodista para a doutrinação e civilização das crianças. Outro aspecto tão importante quanto o supracitado é o pensamento pedagógico que influenciou na criação do livro e relacionou-se às formas de se pensar um projeto de educação secular na sociedade daquela época, refletindo especificamente no ensino religioso circunscrito ao impresso em destaque.

Um impresso a serviço do ensino religioso na escola pública

As ilustrações e lições do impresso *Jesus, o melhor amigo* também apontam para uma especificidade do campo educacional em seu momento histórico, neste caso, em relação com as tendências pedagógicas para o ensino religioso da época, ajudando a situar esta disciplina escolar frente ao campo da História da Educação e das Religiões. Associando à ideia de Nóvoa (2002, p. 11) sobre os impressos de educação, é possível observar que suas ilustrações e textos “permitem apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas também, no plano micro da experiência concreta”.

Considerando o nível macro do sistema, havia no início da década de 1930 no campo educacional a influência de uma moral cristã, articulada ao espírito

nacionalista na formação das crianças. O Brasil era uma jovem República que necessitava de uma identidade para se constituir enquanto nação. O professor tinha a missão de promover os valores cívicos, morais e familiares, em consonância com os preceitos religiosos em voga. Segundo Chamon (2005, p. 90), “o povo precisava ser civilizado para atender aos interesses dominantes”.

O Decreto nº 19.941/1931 foi ao encontro desse ideal civilizador, ao integrar um conjunto de sete leis criadas por Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde Pública da época. Essa legislação retomou a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Conforme Ranquetat Júnior (2007), à exceção do período que vai do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, de autoria de Rui Barbosa, que oficializou a separação entre Igreja e Estado, até o Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, que reintroduziu o ensino religioso nas escolas públicas, o ensino religioso sempre esteve presente nas Constituições Federais e na prática escolar.

De forma resumida, o Decreto de 1931 previa: o ensino facultativo da religião nos estabelecimentos de ensino (Artigo 1º); dispensa aos alunos que desajassem assistir as aulas (Artigo 2º); mínimo de vinte alunos matriculados na disciplina (Artigo 3º); inspeção e vigilância do Estado no que dizia respeito à disciplina escolar; às autoridades religiosas competia a supervisão da doutrina e moral dos professores (Artigo 5º); designação dos professores de instrução religiosa pelas autoridades do culto a que se referia o ensino ministrado (Artigo 6º); aulas de religião que não prejudicassem o horário das demais disciplinas (Artigo 8º).

O texto do Decreto revela que existia uma ação de controle do Estado, representado, naquele momento, por Getúlio Vargas. Entre as décadas de 1920 e 1930, havia a preocupação da burguesia com o crescimento dos movimentos operários no Brasil (Saviani, 2011). Embora a legislação não tenha mencionado um credo específico para o ensino religioso nas escolas, a Igreja Católica destacava-se como um antídoto importante para a doutrinação social e consolidação da hegemonia da burguesia industrial, no sentido de frear a expansão dos ideais europeus anarquistas e comunistas vindos dos trabalhadores imigrantes (Saviani, 2011). A inserção do ensino religioso nas escolas públicas integrou esse projeto autoritário de Getúlio, pautado nos princípios nacionalistas de disciplinarização, controle e homogeneização da população.

Ademais, a partir da década de 1920 e mais precisamente na de 30, a Igreja Católica se reorganizou e se fortaleceu, buscando se aproximar do Estado. Inicia-se a partir desse período uma etapa que pode ser reconhecida como Restauração Católica ou Neo-Cristandade Brasileira. Entre 1930 e 1940, o ensino religioso nas escolas públicas teve grande importância estratégica, servindo aos interesses do Estado e da Igreja. Essa disciplina escolar tinha um caráter eminentemente catequético, os professores eram vinculados à religião responsável pelo programa e conteúdo das aulas (RANQUETAT JÚNIOR, 2009).

Na esteira da década de 1940, a estrutura educacional do Brasil foi reorganizada, a partir de reformas parciais que foram baixadas por meio de oito decretos-leis, denominados Reformas Capanema: criação do SENAI e SENAC e das Leis Orgânicas do Ensino Industrial; Ensino Secundário; Ensino Comercial; Ensino Primário; Ensino Normal e Ensino Agrícola. O ensino primário elementar ficou organizado em quatro anos, acrescido do primário complementar de apenas um ano. O que hoje conhecemos como Ensino Médio ficou organizado verticalmente em dois ciclos: o ginásio de quatro anos e o colegial com três anos. Horizontalmente, foram normatizados nos ramos secundário e técnico-profissional. Este último subdividiu-se em industrial, comercial e agrícola, além do normal.

O caráter dualista dessas reformas destinava o ensino secundário às elites e o profissional às camadas populares. A característica mais visível das reformas educacionais empreendidas por Campos e Capanema é a marca da influência da Igreja Católica, já admitida por Francisco Campos no início da década de 1930 (SAVIANI, 2011).

No ano da edição do impresso *Jesus, o melhor amigo* (1949), o Brasil era governado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Em 1946, seu governo promulgou uma nova Constituição que preconizou no Artigo 141, parágrafo 7º a “inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos”. Ademais, o Artigo 168, inciso V determinou:

V – o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável (BRASIL, 1946).

Entre as motivações para o ensino religioso protestante nos estabelecimentos oficiais de ensino, a liberdade de crença explica, em parte, a brecha en-

contrada para a adoção de um livro protestante em 1949, com vistas à doutrinação das crianças nas escolas públicas primárias, em um país predominantemente católico, em estreita relação com um sistema educacional coadunado aos interesses da Igreja. Ainda que a liberdade de culto estivesse posta no último documento apresentado, o ordenamento da vida social ainda era demarcado pela Igreja Católica. Ademais, a separação entre Igreja e Estado, um dos princípios republicanos preconizados desde a Constituição de 1891, por exemplo, não garantiu de fato a laicidade e a retirada do ensino religioso nas escolas, tão almejadas pelo grupo protestante,⁷ desejoso de estender a sua influência no Brasil.

Conforme Leonardi (2016), a laicidade não pode ser apenas compreendida como a separação entre Estado e religião, diante de quatro características fundamentais que caracterizam o Estado laico: estabelecimento da esfera pública como essencialmente humana, dissociada das divindades; separação entre vida política pública e religiosa; liberdades de consciência, de crença e de culto aos cidadãos e separação entre as esferas pública e religiosa, na qual o Estado que se propõe laico garantiria para si a possibilidade de mudança de poder autônomo, livre da gerência de consciência que a religião tende a impor. “Entretanto, quando disseminada como categoria, multiplicam-se os sentidos, os entendimentos e as configurações de laicidade” (LEONARDI, 2016, p 11).

No contexto de disputas em torno do campo religioso brasileiro⁸, vencidos pela ausência da laicidade plena do Estado, os protestantes uniram forças no sentido de dar continuidade a um trabalho de cooperação já em curso, com a utilização de uma literatura única nas igrejas, a ser posto em prática, entre tantas iniciativas, por meio da produção de uma literatura religiosa comum às diferentes denominações para as escolas. Gonçalves (2015) pontua que na década de 1930, a CEB, responsável pela edição do livro em estudo, foi uma entidade pensada para as boas relações entre os protestantes, uma vez que:

Diante do contexto brasileiro caracterizado pela modernização promovida pelo Estado, pela aproximação do poder público com o catolicismo e pelo debate de ideologias das mais diversas, a CEB julgou necessário demarcar o papel ocupado pelas igrejas protestantes no país (GONÇALVES, 2015, p. 244).

Após a criação do Decreto nº 19.941/1931, recrudesciu o debate entre os protestantes a respeito do ensino religioso nas escolas públicas. Na imprensa protestante, os textos marcados por protestos preconizavam que o Estado deveria

estar alheio a assuntos religiosos, pois eram considerados de natureza individual. No Jornal *O Christão*, editado pelos congregacionais, por exemplo, no artigo intitulado *O ensino religioso*, a tônica do discurso era de que o Chefe do Governo Provisório, representado naquele momento por Getúlio Vargas, deixasse a *religião livre com o povo livre*, prestigiando indistintamente todos os credos, fazendo respeitar a consciência de cultos, consoante ao disposto na Carta Magna do país para não derrocar o sistema democrático constitutivo dos ideias republicanos (*O CHRISTÃO*, 15/06/1931, p. 3).

Diante do exposto, é interessante considerar que, apesar da defesa da laicidade, tão diletta aos protestantes desde os primórdios da República, e de suas críticas ao ensino religioso nas escolas públicas, esse grupo lançou mão de uma publicação direcionada ao ensino religioso nas escolas primárias do país, com o intuito de demarcar a sua posição em um campo religioso ainda abalizado pela hegemonia católica, redefinindo suas estratégias conforme as disputas de forças postas nesse campo.

Conforme já registrado no início deste artigo, o impresso em estudo foi escrito por duas mulheres metodistas. Desde sua fundação na Inglaterra, no século XVIII, tendo como principal líder John Wesley, o movimento metodista expandiu-se pelos Estados Unidos e posteriormente chegou ao Brasil, aliado a três aspectos indissociáveis: o eclesial, o educacional e o social. “Onde houver metodismo, haverá sempre uma igreja, uma escola e uma instituição de assistência social” (SILVA, 2004, p.11).

Havia uma aproximação do metodismo aos valores norte-americanos quanto ao desejo de *salvar* o povo brasileiro da ignorância espiritual e atraso cultural ao divulgar as vantagens da civilização democrática-cristã:

[...] como Josué havia conquistado a Terra Prometida, os Americanos viam como o seu “Destino Manifesto” conquistar o continente americano de mar a mar e ainda espalhar os benefícios da civilização democrática-cristã por toda a parte, não excluindo a América Latina (REILY, 1981, p. 203).

Nesse sentido, a Igreja Metodista chegou ao Brasil com a missão de propagar seus dogmas e expandir os interesses liberais norte-americanos, fazendo uso de uma proposta que apresentava aproximações com os ideais republicanos e civilizadores:

Enquanto “religião da República”, o metodismo procurou moldar o espírito da sociedade americana até o ponto de vê-la como modelo de civilização cristã a ser imitado, seguido pelas demais nações (MESQUIDA, 1994, p. 101).

Mignot e Gondra (2007) discorrem sobre as interlocuções e trocas entre modelos internacionais nos mais diferentes domínios, para além das fronteiras; dos discursos aos materiais escritos, viabilizando a circulação de concepções e práticas. No sentido colocado pelos autores, podemos depreender que as trocas pedagógicas entre os missionários viajantes norte-americanos e brasileiros, empreendidas desde a metade do século XIX por meio das viagens, influenciaram no conteúdo do impresso *Jesus, o melhor amigo*, refletindo um conjunto de concepções pautadas no eixo *doutrinar e instruir*, pois além da doutrinação havia uma preocupação com o desenvolvimento intelectual da criança.

Essa *pedagogia da fé* inspirou-se, além das trocas de práticas missionárias mencionadas, nas reformas de Instrução Pública das décadas de 1920 e 1930, embasadas na pedagogia de educadores europeus e especialmente, no caso protestante, na do norte-americano John Dewey. No Brasil, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e demais intelectuais assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932, preconizando um “futuro projetado com base num programa de renovação educacional” (XAVIER, 2002, p. 39).

Apesar do discurso escolanovista quanto à laicidade da escola, o impresso foi utilizado pelos protestantes como material didático no Instituto de Educação, um estabelecimento público de ensino, identificado com os princípios da Escola Nova⁹. De acordo com o texto do Manifesto:

a laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas (AZEVEDO, 1958, p. 95).

Diante da crítica registrada por Fernando de Azevedo, nota-se uma contradição que pode revelar algumas curiosidades por trás do cenário explicitado. De um lado, havia um grupo de católicos que condenava o teor anticatólico do Manifesto, ao argumentar que “[...] o controle do ensino pelo Estado resultaria na implantação de um verdadeiro ‘Absolutismo Pedagógico’, característico das escolas socialistas” (XAVIER, 2002, p. 34). De outro, um documento que se apropriou

de aspectos democráticos da pedagogia renovada norte-americana em seus sentidos políticos e educativos.

Para Souza e Martineli (2009), a compreensão de educação de John Dewey deve iniciar pela influência religiosa por ele recebida. Descendente de ingleses que se estabeleceram nos Estados Unidos, frequentou a Igreja Congregacional desde pequeno. “Os congregacionalistas defendiam a autonomia para os membros de suas igrejas, não havia ordem hierárquica para nortear as relações dos fiéis.” (p. 161). A experiência democrática e igualitária vivenciada em sua comunidade religiosa, baseada nos valores humanísticos europeus e mesclada ao pragmatismo norte-americano, parece ter afluído para alguns pressupostos da Pedagogia Ativa, incorporados posteriormente pelos escolanovistas brasileiros. Ainda, segundo Souza e Martineli (2009), Lourenço Filho, em seu livro *Introdução ao Estudo da Escola Nova* considerou que o ideário da Escola Nova no Brasil remonta ao final do século XIX, no Colégio Piracicabano, interior de São Paulo, que recebia na época, imigração de origem norte-americana, de tradição protestante/metodista.

As aproximações dos escolanovistas brasileiros aos norte-americanos se deram também, por meio das viagens de Anísio Teixeira aos Estados Unidos, possibilitando que o educador tivesse contato com as ideias liberais e pragmáticas de Dewey e considerasse o país como um modelo de civilização a ser alcançado. Tais concepções eram mal vistas pelos católicos, pois desnacionalizavam a infância brasileira e apresentavam uma estreita relação com o protestantismo (XAVIER, 2002).

Diante da tradição metodista em manter laços estreitos com os Estados Unidos, especialmente no aspecto educacional, é possível identificar no impresso *Jesus, o melhor amigo* alguns princípios da educação renovada norte-americana. O livro foi dividido em vinte e oito lições, na gradação cronológica da biografia de Jesus, dando a ideia de uma organização que partia do mais simples para o mais complexo. O quadro a seguir apresenta a progressão das temáticas trabalhadas, iniciando pelo nascimento, parte da infância, escolha dos discípulos e milagres/pregações de Jesus na vida adulta.

Tabela 1. Lições do impresso.

TÍTULO DA LIÇÃO	TEMÁTICA
A visita de um anjo	Anunciação do nascimento de Jesus a Maria pelo anjo Gabriel.
Nasceu o nenêzinho!	Viagem de José e Maria à cidade de Belém para o recenseamento ordenado pelo Imperador Augusto. Jesus nasceu na cidade em uma estrebaria.
A visita dos pastores	Um anjo anunciou a um grupo de pastores que cuidava do seu rebanho de ovelhas que Jesus havia nascido. Rapidamente foram até o local para reverenciá-lo.
A visita dos magos	Três reis magos do oriente viajaram muitos dias seguindo uma estrela que indicava onde Jesus estava. O menino recebeu três presentes: ouro, incenso e mirra.
Depois...	Cotidiano de Jesus em casa auxiliando os pais nos afazeres domésticos.
Jesus vai a uma festa	Em um grande evento judeu, Jesus conversou com os doutores da Lei de Jerusalém sobre as escrituras sagradas em pé de igualdade, com apenas doze anos de idade.
Jesus e as criancinhas	Já adulto, Jesus abençoou algumas crianças.
O auxílio de um garoto	Um menino presente na multidão em que Jesus pregava cedeu o único lanche que tinha: cinco pães e dois peixes para que Jesus os multiplicasse e distribuisse às pessoas.
Jesus ajudou uma pobre mãe	Jesus ressuscita um menino que era filho de uma viúva.
Jesus ajudou um homem importante	Jesus ressuscita a filha de um homem importante.
Jesus ajuda uma velhinha	Jesus cura a sogra de Pedro.
Bons ajudantes de Jesus	A escolha dos primeiros discípulos.
Outros ajudantes	Finalização da escolha dos discípulos.
Encontro agradável	A conversão de Zaqueu, um homem que subiu em uma árvore para ver Jesus na multidão.
Jesus ajuda um cego	A cura de um cego.
Como é bom ter amigos	A cura de um homem paralítico.
Jesus ensina a orar	Jesus ensina a oração do Pai Nosso aos seus discípulos.
O bom samaritano	História do samaritano que ajudou um desconhecido ferido na estrada.
A história do semeador	Sementes plantadas em “boa terra” tendem a render “bons frutos”.
O bom pastor e as ovelhas	História de um homem que tinha cem ovelhas e saiu em busca da única que havia se perdido do rebanho.
Era uma vez...	Nossos talentos não devem ser desperdiçados, devem ser utilizados em prol da evangelização.
Um pai que muito amou	História do filho que havia saído de casa, mas foi muito bem recebido pelo seu pai quando desejou retornar.
A melhor parte	Visita de Jesus a três de seus amigos mais estimados: Marta, Maria e Lázaro.

A história de uma sementinha	O reino de Deus é semelhante à semente de mostarda: pequeno no tamanho, mas grande em resultados.
A pérola de valor	A pérola vale muito dinheiro por ser difícil de ser encontrada. Assim é o reino de Deus: um projeto de muito valor.
Os peixes dentro da rede	Ter a rede cheia de peixes no reino de Deus significa ter convertido o maior número possível de almas.
Agradecido, Senhor!	Jesus curou dez leprosos em Jerusalém, mas somente um retornou para agradecê-lo.
Jesus acalma a tempestade	Jesus controla uma tempestade enquanto estava no barco com seus discípulos.

Fonte: *Compêndios de Ensino Religioso*. Elaborada pela autora, 2016.

É possível encontrar na conformação e conteúdos elencados do impresso algumas aproximações com os ideais escolanovistas. Segundo Oliveira (2011), para os europeus defensores da Escola Nova, a centralidade na criança deveria ser a base do trabalho pedagógico. Tudo deveria ser pensado e feito para ela e por ela, pois o fim da infância estava na própria infância. Rousseau foi o grande iniciador desse pensamento que levou em consideração as especificidades das crianças, seguido de Pestalozzi que buscou psicologizar a infância. Posteriormente, Froebel fundou os jardins de infância, destacando a importância da atividade para a formação do indivíduo. Maria Montessori criou a casa das crianças, colocando-as em contato com materiais direcionados ao desenvolvimento de sua autonomia. Por sua vez, Decroly defendia a escola para a vida e pela vida. Claparède entendia que as atividades deveriam partir dos interesses reais das crianças, em uma gradação de níveis de dificuldades adequados a cada faixa etária.

A pedagogia de John Dewey possui origens epistemológicas na relação entre o empirismo inglês e o pragmatismo norte-americano, pensada sob o viés utilitário, pragmático, que até então permaneceu distante do conhecimento que, para ele deveria se aproximar da experiência cotidiana. Em Dewey, a vida como experiência humana está relacionada à aplicabilidade do conhecimento à vida prática, em uma *tentativa de conectar o pensamento reflexivo com os acontecimentos da vida diária* (SOUZA, 2010, p. 8).

No impresso *Jesus o melhor amigo*, os conteúdos das lições apresentam aproximações aos princípios escolanovistas europeus e norte-americanos, tendo estes últimos, exercido maior influência no arcabouço pedagógico utilizado por Judith Tranjan. Os textos foram escritos em linguagem simples, adequada ao vocabulário infantil, relacionada ao cotidiano das crianças, com o uso recorrente

de perguntas na primeira pessoa do plural, insinuando uma relação mais próxima com o pequeno leitor, além da aplicação prática do conteúdo ensinado: “vamos trabalhar?”, “vamos decorar?”, “você usa os talentos que tem?”, “vamos desenhar?”, “será que Jesus gostaria de visitar a sua casa hoje?” Por conseguinte, percebe-se a centralidade na criança, sob a lógica do funcionamento do espírito infantil, conforme seus interesses e maturidade psicológica, pois cada lição fornecia pré-requisitos de conteúdos para o entendimento da seguinte, em uma gradação de assuntos que partiam do mais simples para o mais complexo na ordem cronológica da vida de Jesus.

Dessa forma, para além do viés protestante, relacionado ao conhecimento religioso e busca pela instrução, doutrinação e civilização das crianças há uma pedagogia secular por trás das lições do impresso *Jesus, o melhor amigo*. Judith Tranjan concatenou o que fora estudado como normalista no Instituto de Educação com o que aprendera na Igreja Metodista para a escrita desse material. Nesse campo de convergências, emergiu uma *pedagogia da fé*, que articulou propostas educacionais metodistas aos ideais republicanos e renovadores escolanovistas, expressos nas lições que integraram o material em destaque.

Considerações finais

As lições do impresso *Jesus, o melhor amigo* indicam uma estratégia discursiva constante de doutrinação, civilização e instrução das crianças protestantes. O ensino religioso ao estilo *vinde a mim os pequeninos* foi uma estratégia para a concretização de objetivos identificados com o controle governamental brasileiro e moralização do comportamento infantil. Nesse sentido, o impresso em questão pode ser considerado pedagógico por apresentar, em seu suporte material, questões atinentes aos processos educativos de uma disciplina escolar voltada à instrução religiosa em um estabelecimento oficial de ensino público, considerado celeiro do escolanovismo, o que demonstra que conhecimentos científicos e religiosos caminharam juntos nos conteúdos das lições, mesclando-se e influenciando-se mutuamente.

Tais elementos pedagógicos e políticos remetem ao clima educacional brasileiro do final da década de 1940, cuja ambiguidade residia, por um lado, num discurso de defesa da escola pública laica, pautada nos ideais republicanos, cientificamente embasada e, de outro, na conservação da escola tradicional por

meio do ensino religioso. Por sua vez, as doutrinas protestantes eram bem vistas por um grupo de defensores da Escola Nova, por abarcarem aspectos das vertentes pedagógicas estrangeiras, em especial, dos Estados Unidos. Diante da ameaça do retorno da força do catolicismo, iniciado na década de 1930, os protestantes, até então críticos do ensino religioso nas escolas públicas, se viram compelidos a produzir um material próprio para o ensino religioso, adotando práticas outrora criticadas por eles, em uma clara demonstração de forças simbólicas.

Em suma, o impresso em destaque indica a riqueza que esta fonte apresenta para a História da Educação e do Ensino Religioso, por estar circunscrita ao contexto político, educacional e religioso que se constituiu em pano de fundo para o pensamento de um grupo que se constituía em menor número, portanto, este documento apresenta-se como um dispositivo capaz de preencher lacunas sobre as maneiras de se fazer e pensar a pedagogia na visão missionária do protestantismo metodista nas escolas públicas brasileiras.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- ALMEIDA, Rute Salviano. **Vozes femininas no início do protestantismo brasileiro**. São Paulo: Hagnos, 2014.
- AZEVEDO, Fernando. **A educação entre dois mundos**: problemas, perspectivas, orientações. Obras Completas de Fernando de Azevedo, vol. XVI. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Impressos e cultura escolar – percursos da pesquisa sobre a imprensa estudantil no Brasil. In: HERNÁNDEZ DÍAZ, José (Org.). **La prensa de los escolares y Estudiantes – su contribución al patrimonio histórico educativo**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015.
- BRASIL, (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Diário Oficial. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em 25 de setembro de 2021.
- BRASIL (1931). Decreto Nº 19.941, de 30 de abril de 1931. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25 de setembro de 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**: introdução, organização e seleção. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os mapas, atores e números da diversidade religiosa cristã brasileira: católicos e evangélicos entre 1940 e 2007. **Revistas de Estudos da Religião – REVER**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

CHAMON, Magda. **Trajetória de Feminização do Magistério: Ambiguidades e Conflitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. MARTINS, Ana Luisa; DE LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

DECOL, René Daniel. Judeus no Brasil: explorando os dados censitários. **RBCS**. São Paulo: ANPOCS, vol. 16, n. 46, junho de 2001.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. MARTINS, Ana Luisa; DE LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador - Volume 1: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

FAITHFUL, Susan Anderson(et. al.). “Uma missão para civilizar”: a visão de educação popular do Sindicato de Mães Anglicanas e da Sociedade de Amigas das Moças (1886-1926). **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, v. 12, n. 1 (28), jan./abr. 2012. pp. 15-44.

GARCEZ, Priscila de Araujo. **A fé pelas palavras: trajetória de Judith Tranjan na educação metodista**. Dissertação (mestrado em Educação).Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

GARCEZ, Priscila de Araujo; Priscila de Araujo. “Experiências num grande laboratório”: um olhar sobre o Instituto de Educação a partir das memórias de formação e práticas pedagógicas de Judith Tranjan. NASCIMENTO, Jussara Cassiano; COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral (org.). **Instituições escolares: memórias e narrativas**. Curitiba: CRV, 2021.

LEONARDI, Paula. Educação e catolicismo. **Pensar a Educação em Revista**. Curitiba/Belo Horizonte, v. 2, n. 4, out./dez. de 2016. pp. 03-23.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **Introdução ao estudo da Nova Escola: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso**. São Bernardo do Campo: EDITEO, 1994.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (org). **Viagens pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho. Palavras impressas, circulação de ideias: um olhar sobre a coleção Folhetos Evangélicos. *VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*. São Cristóvão/SE, 2012.

NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepções e organização do repertório português. BASTOS, Maria Helena Câmara; CATANI, Denise Barbara (org.). **Educação em revista: a imprensa e a história da educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

OLIVEIRA, Priscila Maira de. **A concepção de criança e desenvolvimento infantil e a coleção Biblioteca de Educação: uma análise das obras escritas pelos psicólogos funcionalistas franco-genebrianos e por Lourenço Filho**. Dissertação (mestrado em Educação). Araraquara: UNESP, 2011.

RANQUETAT JUNIOR, César. A. Religião em sala de aula: o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. In: *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. Juiz de Fora: UFJF, n. 01, 2007. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17037>.

REILY, Duncan A. **Metodismo Brasileiro e Wesleyano: reflexões históricas sobre a autonomia**. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1981.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Luiz Eduardo Prates da. **Metodismo e Educação: Uma introdução ao estudo das “Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista” a partir dos contextos de sua elaboração**. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2004.

SOUZA, Rodrigo Augusto; MARTINELLI, Telma Adriana Pacifico. Considerações históricas sobre a influência de John Dewey no pensamento pedagógico brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n.35, set. de 2009. pp. 160-173.

SOUZA, Rodrigo Augusto. A filosofia de John Dewey e a epistemologia pragmática. **Revista Redescrições – Revista On Line do GR de pragmatismo e filosofia norte-americana**. Ano 2, n. 1, 2010.

VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos. A postura educativa de *O Tico-Tico*: uma análise da primeira revista brasileira de histórias em quadrinhos. **Revista Comunicação e Educação**. São Paulo, ano XIII, n. 2, mai./ago. de 2007.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para Além do Campo Educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

Acervo Basileia de Documentos do Protestantismo

Jornal *O Cristão*, 15/06/1931.

Arquivo pessoal da autora

Compêndios de Ensino Religioso – Jesus o Melhor Amigo – Programa para as Séries Primárias. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1949.

¹Nascimento (2012) considera que os impressos integraram uma “cultura da palavra” no Brasil já no período dos Oitocentos, com a chegada da Sociedade Bíblica Estrangeira Britânica e, posteriormente, da Sociedade Bíblica Americana pela Missão Brasil. Partindo do Rio de Janeiro e de São

Paulo, essas instituições enviaram missionários e vendedores de Bíblias, folhetos, literatura, jornais e demais materiais para propaganda, divulgação, conquista e permanência de fiéis pelo interior do país. Assim, no sentido apontado pela autora, os impressos protestantes dizem respeito a toda produção escrita, de caráter proselitista, educativo, doutrinário, informativo e recreativo elaborada por esse grupo religioso.

²Fundada em 1934, a CEB era um órgão de representação dos protestantes que promovia a cooperação entre as principais igrejas evangélicas do país, como a presbiteriana, metodista, luterana e congregacional. Em 1964, foi fechada em razão das perseguições da Ditadura Civil Militar (Gonçalves, 2015).

³A historiografia protestante e da educação não apresentam registros sobre a sua biografia. As poucas informações que dispomos, fornecidas em entrevista por Judith Tranjan, indicam que Julia Vissotto foi uma educadora metodista que escreveu impressos para as Escolas Dominicais, alguns em parceria com Judith.

⁴Judith Tranjan (1918-2018), normalista egressa do Instituto de Educação, localizado no bairro da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, trabalhou na mesma instituição de 1940 até a sua aposentadoria, lecionando na Escola Primária e na Escola de Professores, além de ter assumido a direção da Escola Primária por um tempo. Congregou na Igreja Metodista durante muitos anos, onde atuou como professora infantil da Escola Dominical, escritora de impressos periódicos para crianças e professores e de uma revista dirigida ao público feminino (Garcez, 2017).

⁵Campos (2008) assinala que o Censo do IBGE de 1940 registrou o número de 1,9% de pessoas pertencentes a outras religiões que não a católica e evangélica. Tomando por base esse dado de forma isolada, ainda que não especifique o que englobava “outras religiões”, é possível ter a impressão de que a presença de discentes judeus no Instituto de Educação fosse reduzida. Entretanto, Decol (2001) adverte que a questão da identidade judaica é assunto amplo demais e carece de discussões mais aprofundadas. Uma das problemáticas relacionadas a essa identidade está presente nos primeiros censos brasileiros (realizados entre 1940 e 1950) que se referiam apenas àqueles que se definiam judeus por religião, preterindo outros níveis de vinculação dos sujeitos ao judaísmo ou à comunidade judaica.

⁶Já na Primeira República (1889-1930) “a imprensa conheceu múltiplos processos de inovação tecnológica que permitiram o uso de ilustração diversificada – charge, caricatura, fotografia –, assim como aumento das tiragens, melhor qualidade da impressão [...]” (Eleutério, 2012, p. 57).

⁷Ruedell (2005) *apud* Ranquetat Junior (2009), identifica diversos grupos que se manifestaram contra o ensino religioso: frente única formada por maçons, metodistas, batistas, adventistas, sete lojas maçônicas, nove sociedades espíritas, dentre outros.

⁸Compreendemos o campo religioso na perspectiva de Bourdieu (2007), como espaços de relações de forças entre indivíduos que, a partir de suas posições advindas de seu capital religioso, intentam deter o monopólio da gestão dos bens de salvação. Há competições por uma legitimidade religiosa, cada grupo lança mão de estratégias para garantir uma força simbólica e deter posições hegemônicas nesse campo.

⁹Para maiores informações sobre as aproximações entre o Instituto de Educação aos ideais escolanovistas, por meio das práticas pedagógicas de uma professora egressa da instituição, consultar: Garcez, 2021.

Recebido em 05/01/2022

Aceito para publicação em 01/03/2022